

Acusado de corrupção, Dias depõe hoje

» BRUNA LIMA
» SARAH TEÓFILO

A CPI Covid vai ouvir, hoje, o ex-diretor do Departamento de Logística do Ministério da Saúde Roberto Ferreira Dias, exonerado do cargo em junho, após ter sido apontado como envolvido num suposto esquema de corrupção na compra de vacinas contra o novo coronavírus. O nome do servidor foi apontado pelo representante comercial da Davati Medical Supply e cabo da Polícia Militar de Minas Gerais, Luis Dominghetti. De acordo com o militar, Dias teria pedido propina US\$ 1 por dose para para autorizar a negociação de 400 milhões de unidades da vacina AstraZeneca que a Davati tentava vender ao ministério.

A confirmação de que Dias compareceria à sabatina só ocorreu ontem, após diversas tentativas de notificação por parte da CPI, desde a semana passada, quando a convocação foi aprovada. Fontes ouvidas pelo **Correio** dão conta de que o ex-diretor foi aconselhado a adotar um discurso que afaste relação da alta cúpula do Planalto com o suposto esquema irregular. Sem documentos que comprovem o pedido de propina, ele deve negar a informação fornecida por Dominghetti, bem como a aproximação dele com o representante da Davati.

A versão já foi sustentada em nota enviada à imprensa pelo ex-diretor, logo após o depoimento do cabo da PM, em 1º de julho. No comunicado, ele admitiu ter se encontrado com Dominghetti, na presença do ex-diretor-substituto de Logística Marcelo Blanco, em um restaurante na área central de Brasília, como narrado pelo PM. No entanto, negou qualquer pedido de propina e desta-

Anderson Riedel/PR - 8/4/20



Roberto Dias foi demitido, na semana passada, da diretoria do Departamento de Logística do Ministério da Saúde

cou que a negociação não andou por falta da documentação necessária. “É importante frisar que, ao contrário do que é alegado pelo Dominghetti, o tema propina, pedido de dinheiro, facilitação... nunca foi tratado à mesa ou em qualquer outro ambiente em que eu estive presente”, sustentou. “Porém preciso saber qual é a motivação desse senhor para, neste momento, vir contar essa história absurda. Quem ele quer atingir ou proteger? Estou sendo usado de fantoche para algo?”, questionou.

Essa não será a única denúncia que Dias terá de esclarecer. Ele também é considerado por integrantes da CPI como uma das peças-chaves que faziam a intermediação entre empresas e a cúpula do Ministério da Saúde. O senador petista Humberto Costa (PE),

responsável pelo requerimento de convocação do ex-servidor, justificou a necessidade da oitiva porque Dias foi quem assinou o contrato bilionário envolvendo a compra da indiana Covaxin, alvo de investigação do colegiado.

Nomeado por apadrinhamento político, Dias se manteve no cargo mesmo depois de ter sido responsável pelo contrato de compra de 10 milhões de testes de covid-19 no valor de R\$ 133,2 milhões. O negócio, que dispunha licitação, foi anulado após suspeita de irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O servidor chegou a ter o nome cogitado para ocupar um cargo de diretoria na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), mas o presidente Jair Bolsonaro acabou desistindo da nomeação.

» Liberada perícia de celular

O presidente da CPI da Covid, Omar Aziz (PSD-AM), decidiu tornar público o conteúdo da perícia realizada no celular do policial Luiz Paulo Domingueti. O aparelho foi retido pela comissão durante o depoimento do representante da Davati Medical Supply, no qual ele exibiu áudio do deputado Luis Miranda (DEM-DF), supondo que se trataria de uma negociação de vacinas pelo parlamentar — o que foi desmentido depois. Na ocasião, senadores questionaram a possibilidade de a gravação ter sido “plantada” para desqualificar as denúncias do parlamentar e do irmão dele, o servidor Luis Ricardo Miranda, de corrupção no contrato da compra da Covaxin.

Cleia Viana/Câmara dos Deputados - 8/12/20



Líder do governo na Câmara, o deputado Ricardo Barros tenta apressar depoimento à comissão

CPI apura disputa entre militares e Centrão

Senadores da CPI da Covid apuram a suspeita de que havia uma disputa por espaço dentro do Ministério da Saúde entre militares e partidos do Centrão, especialmente DEM e PP, no âmbito das negociações de vacinas contra o novo coronavírus. Figuras dessas duas alas têm aparecido nos últimos depoimentos e chamam a atenção de parlamentares. O principal nome político é o do líder do governo, Ricardo Barros (PP-PR), que nega qualquer envolvimento em irregularidades e tem pedido à comissão para depor logo. Ele recorreu até ao Supremo Tribunal Federal (STF) para agilizar a oitiva.

O nome de Barros surgiu após o depoimento do deputado Luis Miranda (DEM-DF) e do irmão dele, o servidor do Ministério da Saúde Luis Ricardo Miranda. Os dois disseram ter se encontrado com o presidente Jair Bolsonaro e relatado as suspeitas de ilegalidades no contrato da Covaxin. O chefe do Planalto teria dito que parecia ser “rolo” de Barros.

Parlamentares estão de olho, também, na série de nomes de militares que surgiram em depoimentos. Luis Ricardo, por exemplo, ao relatar pressão de superiores para liberar a importação da Covaxin, citou dois deles: o tenente-coronel Alex Lial Marinho, ex-coordenador-geral de Aquisições de Insumos Estratégicos pa-

Explicação

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, deu cinco dias para o presidente da CPI, Omar Aziz (PSD-AM), se manifestar sobre o adiamento do depoimento de Ricardo Barros, cuja presença na comissão, previamente marcada para amanhã, foi adiada. Os senadores querem, antes, votar a quebra de sigilo do líder do governo na Câmara para ter elementos durante a oitiva.

ra Saúde, e o coronel da reserva Marcelo Bento Pires, ex-diretor de Programa da pasta.

As suspeitas foram reforçadas pelo depoimento do cabo da Polícia Militar de Minas Gerais e representante da Davati Medical Supply, Luiz Paulo Dominghetti, na semana passada. O militar contou que, em 25 de fevereiro, o então diretor de Logística do Ministério da Saúde, Roberto Dias, pediu propina de US\$ 1 por dose de vacina negociada com a pasta. A Davati tentava vender 400 milhões de unidades da AstraZeneca.

De acordo com Dominghetti, o pedido de propina ocorreu numa reunião em que estava também o tenente-coronel Marcelo Blanco, que era assessor do Departamento de Logística (DLOG) até janeiro deste ano.

O senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) afirmou que “existe uma disputa de grupos na Saúde”. “Você tem um grupo mais de militares e um grupo mais de políticos”, frisou. O de políticos envolve pessoas do DEM e do PP, se-

gundo o parlamentar. De acordo com ele, a suspeita é de que essa disputa se dava em torno das negociações de vacinas. “Você tem as pessoas de alguma forma interferindo nas decisões dos outros no âmbito das negociações de vacina. Eu descreveria que é o Centrão de farda e o Centrão sem farda”, afirmou ao **Correio**.

“Coalizão”

Na segunda-feira, em entrevista ao **CB.Poder**, o vice-presidente da CPI, Raulo Rodrigues (Rede-AP), ao ser questionado se já é possível identificar qual grupo tem mais culpa, se os militares ou o Centrão, afirmou que houve uma “coalizão de interesses ocultos e corruptos”.

Ontem, ao **Correio**, o senador pontuou que há “uma espécie de concorrência entre grupos de militares que vieram para o Ministério da Saúde e um antigo grupo que estava na pasta”, em referência a figuras políticas ligadas ao Centrão.

Senadores também querem



Você tem as pessoas de alguma forma interferindo nas decisões dos outros no âmbito das negociações de vacina. Eu descreveria que é o Centrão de farda e o Centrão sem farda”

Alessandro Vieira (Cidadania-SE), senador



Nas entrelinhas

por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br



Mendonça, o terrível

O presidente Jair Bolsonaro anunciou, ontem, que indicará o advogado-geral da União, André Mendonça, para a vaga do ministro Marco Aurélio Mello, que se aposentará em 12 de julho, no Supremo Tribunal Federal (STF). Pastor presbiteriano, a indicação de Mendonça, por isso mesmo, efetiva a promessa de Bolsonaro de que indicaria um nome “terrivelmente evangélico” para o cargo. O anúncio de Bolsonaro esvazia as pressões crescentes em favor de outros candidatos à vaga de ministro do Supremo.

Um deles é o ministro do Tribunal Superior de Justiça (STJ) Humberto Martins, candidato apoiado pelo presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL). Nos bastidores do Congresso, comenta-se que Lira teria estimulado o deputado Luis Miranda (DEM-DF) a fazer a denúncia da compra irregular da Covaxin para pressionar Bolsonaro a aceitar sua indicação, e não apenas por causa da disputa por verbas do Orçamento da União entre o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), e a secretária de governo, ministra Flávia Arruda (PL-DF), aliada do presidente da Câmara. A aprovação de Mendonça, porém, não depende dos deputados, mas do Senado, onde será sabatinado, antes de seu nome ser homologado ou não pelos senadores.

Outro preterido na disputa seria o procurador-geral da República, Augusto Aras, que vem mantendo alinhamento absoluto com Bolsonaro em suas disputas com o Supremo Tribunal Federal (STF). O mandato de Aras está no fim, e sua liderança na instituição foi muito enfraquecida por causa de sua aliança com o presidente da República. Na escolha da lista tríplice para o cargo de procurador-geral, a subprocuradora Luiza Frischeisen foi eleita a mais votada, com 647 votos. Os subprocuradores Mario Bonsaglia, com 636 votos, e Nicolao Dino, com 587 votos, também fazem oposição ao procurador-geral. Cerca de 70% do Colégio de Procuradores participaram da votação. Ninguém da lista agrada a Bolsonaro, que deve reconduzir Aras ao cargo, o que reduz o desgaste pela indicação de Mendonça.

Aos 48 anos, André Mendonça faz uma carreira meteórica. Santista, formado pela Faculdade de Direito de Bauru, no interior de São Paulo, é doutor em Estado de direito e governança global e mestre em estratégias anticorrupção e políticas de integridade pela Universidade de Salamanca, na Espanha. Na Advocacia-Geral da União (AGU) desde 2000, exerceu os cargos de corregedor-geral e de diretor de Patrimônio e Probidade. Em 2019, com a chegada de Bolsonaro à presidência, assumiu o comando da AGU.

Presbítero

Após a saída do ex-ministro Sergio Moro, Mendonça assumiu a pasta da Justiça e Segurança Pública em abril de 2020. No entanto voltou para a AGU em abril deste ano, após a mais recente reforma ministerial do governo Bolsonaro, logo depois da crise com o alto escalão das Forças Armadas. Mendonça também é ligado ao ministro Dias Toffoli, que o designou diretor do Departamento de Combate à Corrupção e Defesa do Patrimônio Público quando estava à frente da AGU. Ao lado do ministro Alexandre de Moraes, é coautor do livro *Democracia e Sistema de Justiça*, lançado em outubro de 2019, em homenagem aos 10 anos de Toffoli no Supremo. Entretanto, tem se destacado pelas tentativas de enquadrar opositores do presidente Jair Bolsonaro na antiga Lei de Segurança Nacional, um entulho autoritário em contradição com a Constituição de 1988.

Mendonça também é pastor presbiteriano da Igreja Presbiteriana Esperança, localizada em Brasília. Por isso, foi qualificado como “terrivelmente evangélico” pelo presidente Jair Bolsonaro, em solenidade na Câmara dos Deputados, em 2019. Seu nome é apoiado pela Associação Nacional de Juristas Evangélicos (Anajure). O presbiterianismo remonta à Reforma Protestante do século XVI e ao reformador João Calvino (1509-1564), que fugiu de Paris e se radicou em Genebra, após a conversão à fé evangélica. Calvino fundou a Academia de Genebra, na qual formou líderes reformadores que adotaram o conceito de absoluta soberania de Deus como criador, preservador e redentor do mundo.

No Brasil, o presbiterianismo está dividido em várias denominações. A mais expressiva é a Igreja Presbiteriana do Brasil, fundada em Pernambuco, em 1862, pelo missionário Ashbel Green Simonton (1833-1867). Os primeiros calvinistas, porém, chegaram em 1555, com o vice-almirante da França, Nicolas Durand de Villegagnon, para fundar a França Antártica. Sua expulsão por paulistas e portugueses, liderados por Estácio de Sá, resultou na fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, cuja cultura, por ironia, é antítese do calvinismo.

“O candidato à vaga de Marco Aurélio Mello tem se destacado pelas tentativas de enquadrar opositores do presidente Jair Bolsonaro na antiga Lei de Segurança Nacional”